

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 111 – CIBERSEGURANÇA**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Prof. Doutor José João Abrantes

Regente: Prof. Doutor Armando Marques Guedes

Ano letivo: 2016/2017

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: [armandomarquesguedes@fd.unl.pt](mailto:armandomarquesguedes@fd.unl.pt)

Horário: 18:00-21:00

##### **2 – OBJETIVOS**

Esta unidade curricular pretende dotar os discentes do Mestrado em Direito e Segurança dos principais conceitos associados à cibersegurança, nos domínios da Sociologia e das Ciências jurídicas. Pretende igualmente dotar os discentes com o estado da arte das políticas públicas em matéria de cibersegurança no contexto Europeu e nacional e enquadrar a cibersegurança no conceito alargado de segurança nacional.

##### **3 – PROGRAMA**

###### **1. Ciberespaço e ciber'espaços' (4h)**

Génese, ontologia e teleologia. Espaço técnico, social e cultural. Geopolítica do ciberespaço.

**2. Ciberconflitualidade e Cibersegurança (4h)**

Hackers e outros fora-da-lei do mundo digital. Hacktivismo, Cibercrime organizado, Ciberterrorismo, Ciberespionagem e Ciberguerra. Enquadramento jurídico dos ciberataques.

**3. Contra ciberconflitualidade e Políticas públicas de cibersegurança (3h)**

Construção social da Cibersegurança. Domínios de actuação: Protecção simples, prossecução criminal, defesa do estado e diplomacia. Determinantes para uma Estratégia nacional de cibersegurança. A Estratégia portuguesa de Segurança do Ciberespaço.

**4. Regulação do ciberespaço (3h)**

Neutralidade da internet: oportunidades e limites. Vestfaliarização do ciberespaço. Sociedade vigilante. Convenção do cibercrime. Diretiva SRI e os seus desafios. O novo Regulamento Geral para a Protecção de Dados (RGPT-GDPR) recentemente aprovado pela a UE e os seus impactos previsíveis.

**5. Cibersegurança empresarial (2h)**

Sensibilização. Normas e boas práticas. Protecção de infraestruturas críticas. Resposta a incidentes

**4 – BIBLIOGRAFIA**

- Regulamento Geral de Protecção de Dados (2018), “2018 EU revision of data protection rules”, in [https://ec.europa.eu/commission/priorities/justice-and-fundamental-rights/data-protection/2018-reform-eu-data-protection-rules\\_en](https://ec.europa.eu/commission/priorities/justice-and-fundamental-rights/data-protection/2018-reform-eu-data-protection-rules_en)
- Bacelar Gouveia, J. (2018), *Direito da Segurança - Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*, Almedina.
- Clarke, R. A. & Knake, R. K. (2011). *Cyber war*. HarperCollins.
- Demchak, C. C. & Dombrowski, P. (2011). Rise of a cybered westphalian age. *Strategic Studies*, 5(1), 32-61.

- Denning, D. E. R. (1999). *Information warfare and security*. Reading MA: Addison-Wesley.
- Gozzi Jr, R. (1994). *The cyberspace metaphor*. Etc.: A Review of General Semantics, 51(2), 218.
- Klimburg, A. (2011). *Mobilising cyber power*. Survival, 53(1), 41-60.
- Libicki, M. C. (2012). *Cyberspace is not a warfighting domain*. ISJLP, 8, 321-336.
- Luijff, E., Besseling, K., & De Graaf, P. (2013). *Nineteen national cyber security strategies*. International journal of critical infrastructures, 9(1), 3-11.
- Marques Guedes, A. (2007). *Ligações Perigosas. Conectividade, Coordenação e Aprendizagem em Redes Terroristas*, Almedina, Coimbra [reviewed by Major-General J.M. Freire Nogueira, Segurança e Defesa 7].
- Marques Guedes, A. (2009). *As 'redes sociais' digitais, a participação 'política' e a segurança*, Pessoas e Territórios, 2: 44-45, Governo Civil de Lisboa
- Marques Guedes, A. (2010). *Geopolitica del Ciberspazio*, Quaderni Speciali di Limes. Rivista Italiana di Geopolitica: 187-199, Roma.
- Marques Guedes, A. (2010). *The new geopolitical coordinates of cyberspace*, Revista Militar, 2503/2504: 825-849, Lisboa.
- Marques Guedes, A. (2017). "Em rede. Os cabos de fibras ópticas submarinas e a centralidade portuguesa crescent num autêntico mar de conectividades", in *Revista de Marinha*, special no. 1000, pp. 20-27, Lisboa.
- Marques Guedes, A. (2018). Valor estratégico e económico dos cabos submarinos", in *Jornal da Economia do Mar*, 19, no. especial de aniversário, pp. 9-12.
- Morozov, E. (2012). *The net delusion: The dark side of Internet freedom*. PublicAffairs.
- Nye Jr, J. S. (2010). *Cyber power*. Technical report, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School.
- O'Connell, M. E. (2012). *Cyber security without cyber war*. Journal of Conflict and Security Law, 17(2), 187-209.
- Rid, T. (2013). *Cyber war will not take place*. Oxford University Press, USA.
- Santos, L. e Armando Marques Guedes (2016), "Breves Reflexões sobre o Poder e o Ciberespaço", com Lino Santos, *Revista de Direito e Segurança*, no. 6, pp. 189-210.

- Santos, L. (2012). Contributos para uma Melhor Governação da Cibersegurança em Portugal. In J. Bacelar Gouveia (ed.), *Estudos Avançados de Direito e Segurança* (Vol. II, pp. 217-205). Almedina.
- Schmitt, M. (1999). *Computer network attack and the use of force in international law: thoughts on a normative framework*. Columbia Journal of Transnational Law, 37, 887-937.
- Schmitt, M. N. (2013). *Tallinn manual on the international law applicable to cyber warfare*. Cambridge University Press.
- Shirky, C. (2008). *Here comes everybody: The power of organizing without organizations*. Penguin.
- Strate, L. (1999). *The varieties of cyberspace: Problems in definition and delimitation*. Western Journal of Communication, 63(3), 382-412.
- Subramnian, Samantha (2017). *Inside the Macedonian Fake-News Complex*. Wired, disponível em <https://www.wired.com/2017/02/veles-macedonia-fake-news/>
- Van De Velde, Jacqueline (2017). *The Law of Cyber Interference in Elections*. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3043828](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3043828)
- West-Brown, M. J. et al. (2003) *Handbook for Computer Security Teams (CSIRTs)*, CMU.

## 5 – AVALIAÇÃO

Exame final, ou trabalho escrito. O trabalho escrito, caso essa seja a escolha dos discentes, deve ser de 15 a 25 páginas, e deve seguir as normas editoriais de qualquer uma das revistas científicas da NOVA Direito.

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 106 – DEFESA NACIONAL E DIREITO MILITAR (DNDM)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Francisco Proença Garcia

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Contacto do docente:

Horas de contacto: 15 horas

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina de Defesa Nacional e Direito Militar visa proporcionar aos estudantes a compreensão sistémica não apenas da teoria da organização e função das Forças Armadas enquanto corpo institucional de um Estado de Direito como igualmente as normas e os princípios jurídicos que regem a sua atividade, definindo os seus poderes e estabelecendo os limites da sua ação em relação aos direitos dos cidadãos e ao âmbito de atuação de outras forças e serviços de segurança.

##### **3 – PROGRAMA**

1. Estado Constitucional e Defesa Nacional
  - 1.1. Segurança Nacional e Defesa Nacional
  - 1.2. A Constituição das Forças Armadas
  - 1.3. Os princípios constitucionais das Forças Armadas: unidade, apartidarismo, exclusividade
  - 1.4. O dever fundamental de defesa da Pátria e o serviço militar
2. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional
  - 2.1. Conceito e função
  - 2.2. Evolução
  - 2.3. Conceito atual

- 2.4. Perspetivas
- 3. Teoria da Guerra
  - 3.1. Conceito e modalidades
  - 3.2. Fundamento e legitimidade
  - 3.3. Estratégia, Tática e Meios de Guerra
- 4. Estrutura das Forças Armadas
  - 4.1. Função militar
  - 4.2. Objetivos e meios
  - 4.3. Organização e níveis de decisão
- 5. Justiça e Disciplina Militar
  - 6.1. Constituição, Justiça e Administração Pública
  - 6.2. Forças Armadas e Justiça
  - 6.3. O Direito Disciplinar Militar
  - 6.4. O Direito Penal Militar
  - 6.5. Os tribunais militares e o estado de guerra

#### 4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

#### 5 – BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. *Bioterrorismo e Biossegurança Desafios para Portugal*, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 2011
- AAVV, *National Security, Civil Liberties and the War on Terror*, Prometheus Books, New York, 2011
- AAVV, *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas* (coord. de Jorge Miranda e Carlos Blanco de Moraes), Edições Cosmos, IDN, Lisboa, 2000
- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2016
- AAVV, *Direito Militar – Doutrina e Aplicações* (coordenação de Dircêo Torrecillas Ramos, Ronaldo João Roth e Ilton Garcia da Costa), Campus Jurídico, São Paulo, 2011
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Jorge Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2014; II vol., Almedina, Coimbra, 2014
- AAVV, *Contributos para um Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (coord. António Figueiredo Lopes, Nuno Severiano Teixeira e Vítor Rodrigues Viana), IN-CM-IDN, Lisboa, 2012
- AAVV, *Segurança e Defesa Nacional – um conceito estratégico* (coord. Luís Fontoura), Almedina, Coimbra, 2013
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- BOUTHOU, Gaston (1991) – *Traité de Polemologie: Sociologies des Guerres*, 5e ed. Paris: Payot
- Carl von Clausewitz, *Da Guerra*, Martins Fontes, São Paulo, 2003

- Robert COOPER, (2004) – *The Breaking of nations. Order and chaos in the twenty-first century*. New York: Atlantic Monthly Press.
- Martin Van CREVELD (1998) – *La Transformation de la guerre*. Paris: Éditions du Roche
- Francisco Proença Garcia, *Da guerra e da Estratégia*, Prefácio, Lisboa, 2011
- GILL, Peter e PHYTHIAN Mark (2006). *Intelligence in an Insecure World*. Malden, Polity
- HOLSTI, Kalevi (1996) – *The State, War, and the State of War*. Cambridge: Cambridge University Press
- JACKSON, Peter e Siegel, Jennifer (2005). *Intelligence and Statecraft: The Use and Limits of Intelligence in International Society*. Westport, Connecticut, Praeger
- Jeremy Black, *Guerra – uma breve história*, D. Quixote, Lisboa, 2013
- JOHNSON, Loch K. (ed) (2007). *Handbook of Intelligence Studies*. New York, Routledge
- Jorge Bacelar Gouveia: *Estado de guerra*, separata do *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, II suplemento, Lisboa, 2003, pp. 301 e ss.; *Objecção de consciência (direito fundamental à)*, separata do *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, VI volume, Lisboa, 1994, pp. 3 e ss.; *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- José Loureiro dos Santos: *Incursões no domínio da Estratégia*, FCG, Lisboa, 1983; *Reflexões sobre Estratégia – temas de Segurança e Defesa*, Edições Europa-América, Lisboa, 2000; *Segurança e Defesa na Viragem do milénio*, II, Edições Europa-América, Lisboa, 2001
- AAVV, MOREIRA, Adriano (coord.), *Informações e Segurança. Estudos em Honra do General Pedro Cardoso*, Prefácio, Lisboa, 2003
- OMAYMA, Abdel-Latif (2009) - Trends in Salafism; in Emmerson, Michael et al. (coord.) *Islamist Radicalization: The Challenge for Euro-Mediterranean Relations*; Bruxelas: Center for European Policy Studies
- Pedro Lourenço de Sousa, *O Direito Penal e a Defesa Nacional*, Almedina, Coimbra, 2008
- Rui Pereira, *A Justiça Militar tem futuro?*, in *Revista Segurança e Defesa*, nº 2, fevereiro de 2007
- Cristina Montalvão SARMENTO, *Política e Segurança Novas Configurações do Poder*, Centro de Investigação do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009
- SMITH, Rupert (2006) – *The Utility of Force. The art of War in a modern world*. London: Penguin
- VAZ, Mira (2002) – *A Civilização das Forças Armadas em Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN
- Vítor Rodrigues Viana, (2002) – *Segurança Coletiva, A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Cosmos
- Vítor Gil Prata, *A Justiça Militar e a Defesa Nacional*, Coisas de Ler, 1ª ed., Lisboa, 2012

## 6 – LEGISLAÇÃO

Lei de Defesa Nacional

Lei de Bases da Organização das Forças Armadas

Lei do Regime do Estatuto de Sítio e do Estado de Emergência

Código de Justiça Militar

Regulamento da Disciplina Militar



## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 104 – Direito Europeu da Segurança (DES)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Sofia Santos

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Contacto do docente: sofia.santos@fd.unl.pt

Horas de contacto: 15 horas

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

O Direito Europeu da Segurança tem como objetivo proporcionar aos estudantes o conhecimento geral da evolução do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, da Política Externa e de Segurança Comum e da Política Comum de Segurança e Defesa, tendo em vista a apreensão dos principais traços das dimensões interna e externa da segurança europeia (normas, princípios jurídicos, orientações de natureza política, atores) e respetiva interligação bem como das ameaças e desafios.

### **3 - PROGRAMA**

#### I - O “DIREITO EUROPEU DA SEGURANÇA”

#### II – O ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

1. As políticas relativas aos controlos nas fronteiras, ao asilo e à imigração
2. A cooperação judiciária em matéria penal
3. A cooperação policial

#### III – A AÇÃO EXTERNA

1. A Política Externa e de Segurança Comum
2. A Política Comum de Segurança e Defesa

### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por trabalho escrito.

### **5 – BIBLIOGRAFIA**

- AAVV, Manual de legislação europeia sobre asilo, fronteiras e imigração, Agência dos Direitos Fundamentais/Tribunal Europeu dos Direitos do Homem/Conselho da Europa, Luxemburgo, 2015.

- Ana Maria Guerra Martins, *Ensaio sobre o Tratado de Lisboa*, Almedina, Coimbra, 2011

\_\_\_\_\_, *Manual de Direito da União Europeia – Após o Tratado de Lisboa*, 2ª Edição atualizada e aumentada, Almedina, Coimbra, 2017.

- Ana Paula Brandão (coord.), *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional, Contributos para uma Reflexão*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Almedina, Coimbra, 2011.
- Constança Urbano de Sousa (coord.), *O espaço de liberdade, segurança e justiça da UE: desenvolvimentos recentes*, EDIUAL, Lisboa, 2014.
- Francisco Borges, “Criminalidade organizada e cooperação judiciária em matéria penal na União Europeia: traços gerais”, in: Jorge Bacelar Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, Vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 127-156.
- João Mota de Campos, João Luís Mota de Campos, António Pinto Pereira, *Manual de Direito Europeu*, 7ª Edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018.
- Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos (coord.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Almedina, Coimbra, 2015.
- Manuel Lopes Porto e Gonçalo Anastácio (coord.), *Tratado de Lisboa Anotado e Comentado*, Almedina, Coimbra, 2012.
- Maria José Rangel de Mesquita, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*. Almedina, Coimbra, 2011.
- Maria Luísa Duarte, *União Europeia, Estática e Dinâmica da Ordem Jurídica Eurocomunitária*, Almedina, Coimbra, Reimpressão, 2017.
- Nuno Piçarra (coord.), *A União Europeia segundo o Tratado de Lisboa – Aspectos Centrais*, Almedina, Coimbra, 2013.
- Sofia Santos, “As Nações Unidas, a OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia enquanto principais catalisadores da segurança internacional”, in: Jorge Bacelar Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 423-448.

- Sofia Santos, “Considerações sobre a cláusula de defesa mútua ou assistência mútua e a cláusula de solidariedade do Tratado de Lisboa”, *Revista de Direito e Segurança*, Ano IV, nº 8, Julho-Dezembro de 2016, pp. 249-270.

- Steve Peers, *EU Justice and Home Affairs Law: volume I: EU Immigration and Asylum Law*, 4<sup>th</sup> Edition, OUP, Oxford, 2016.

- Steve Peers, *EU Justice and Home Affairs Law: volume II: EU Criminal Law, Policing, and Civil Law*, 4<sup>th</sup> Edition, OUP, Oxford, 2016.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

Tratado da União Europeia e Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Convenção Europeia dos Direitos do Homem

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

Acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e do Tribunal de Justiça da União Europeia

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 103 – Direito Internacional da Segurança (DIS)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Sofia Santos

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Contacto do docente: sofia.santos@fd.unl.pt

Horas de contacto: 15

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

O Direito Internacional da Segurança visa proporcionar aos estudantes o conhecimento geral das normas e dos princípios jurídicos que orientam as relações internacionais que se desenvolvem na Comunidade Internacional visando os objetivos da paz e da segurança internacionais, quer numa perspetiva universal – através da Organização das Nações Unidas – quer numa perspetiva regional – através de organizações regionais de segurança, de que são exemplos a NATO e a UE.

### **3 – PROGRAMA**

#### **CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO**

§ 1.º Segurança na Comunidade Internacional

§ 2.º Direito Internacional da Segurança

#### **CAPÍTULO II – DIREITO INTERNACIONAL SANCIONATÓRIO**

§ 3.º Violação e efetividade do Direito Internacional da Segurança

§ 4.º A resolução das controvérsias internacionais

#### **CAPÍTULO III – DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS**

§ 5.º A condenação internacional da guerra

§ 6.º A preservação da paz internacional pela Organização das Nações Unidas

§ 7.º As organizações regionais de segurança e defesa: a NATO e a UE

#### **CAPÍTULO IV – DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO**

§ 8.º Evolução do Direito Internacional Humanitário

§ 9.º Construção do Direito Internacional Humanitário

#### **CAPÍTULO V – DIREITO INTERNACIONAL PENAL**

§ 10.º A responsabilidade penal internacional

§ 11.º O Tribunal Penal Internacional

### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por trabalho escrito.

## 5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Terrorismo* (coord. de Adriano Moreira), 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2004.
- AAVV, *Terrorismo e Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2006.
- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3<sup>a</sup> ed., Quid Juris, Lisboa, 2016.
- AAVV, *National Security, Civil Liberties and the War on Terror*, Prometheus Books, New York, 2011.
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, Reimpressão da 2<sup>a</sup> edição 2017; II vol., Almedina, Coimbra, Reimpressão da 2<sup>a</sup> Edição, 2017.
- AAVV, *As Teias do Terror – Novas Ameaças*, Ésquilo, Lisboa, 2006.
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015.
- Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 7<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2007; *A Comunidade Internacional em Mudança*, 3<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2007.
- Armando Marques Guedes, *Ligações perigosas*, Almedina, Coimbra, 2007.
- Celso D. de Albuquerque Mello, *Direitos Humanos e Conflitos Armados*, Renovar, Rio de Janeiro, 1997.
- Christine Gray, *International Law and the Use of Force*, Third Edition, Oxford University Press, Oxford, 2008.
- Daniel Innerarity, *A sociedade invisível*, Teorema, Lisboa, 2009.
- David Rodin, *War & Self-Defense*, Oxford, London, 2010.
- Eric Hobsbawn, *Globalização, Democracia e Terrorismo*, Editorial Presença, Lisboa, 2008.

- João Mota de Campos (coord.), *Organizações Internacionais*, 4ª Edição, Wolters Kluwer/Coimbra Editora, Coimbra, 2011.
- Jorge Bacelar Gouveia: *Direito Internacional Humanitário – Introdução e Textos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2006.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Internacional Público*, 5ª ed., Almedina, Coimbra, 2017.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2013.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional Penal, Uma Perspetiva Dogmático-Crítica*, Almedina, Coimbra, Reimpressão, 2015.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Textos Fundamentais de Direito Internacional Público*, 4ª Edição, Almedina, Coimbra, 2017.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018.
- Julien Richards, *A guide to National Security – threats, responses & strategies*, Oxford University Press, Oxford, 2012.
- Maria de Assunção do Vale Pereira, *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*, Coimbra Editora, 2014.
- Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping e doutras Organizações Internacionais*, Coimbra: Almedina, 2007.
- Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas*, 2ª Edição, Coimbra: Almedina, 2004.
- NATO, *NATO Handbook*, Brussels: NATO, 2006.
- Sofia Santos, “As Nações Unidas, a OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia enquanto principais catalisadores da segurança internacional”, in: Jorge Bacelar Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, Coimbra: Almedina, 2012, pp. 423-448.



- Sofia Santos, "O Uso da Força no Direito Internacional e os Desafios ao Paradigma Onusiano", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, No. 61, Julho-Dezembro, 2012, pp. 533-568.

- Sofia Santos, "A Reforma dos Instrumentos Militares e da Autoridade do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Implementação de Medidas Coercitivas Militares", *Janus.net, e-journal of International Relations, OBSERVARE*, vol. 4, nº 1, 2013, pp. 1-17.

- Sofia Santos, "O Tribunal Penal Internacional e a construção de uma ordem pública internacional", *Janus.net, e-journal of International Relations, OBSERVARE*, vol. 5, nº 2, 2014, pp. 16-45.

- Torsten Stein e Christian von Buttlar, *Völkerrecht*, 14. Auflage, Heymanns, Köln/München, 2017.

- Ulrich Beck: *Risk Society – towards a new Modernity*, Sage, Londres, 2012; *La sociedade del riesgo mundial*, Barcelona, 2008; *Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade*, 2ª ed., Editora 34, São Paulo, 2011.

- Vítor Rodrigues Viana, *Segurança coletiva, a ONU e as operações de apoio à paz*, Cosmos, Lisboa, 2002.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

Carta das Nações Unidas

Tratado do Atlântico Norte

Estatuto de Roma (Tribunal Penal Internacional)

Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

ICJ Reports, Nicaragua v. United States of America, 27 June 1986

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 108 – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (IC) Turma A**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

#### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Frederico da Costa Pinto

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

Semestre: 2.º

ECTS: 10

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: [fcostapinto@fd.unl.pt](mailto:fcostapinto@fd.unl.pt)

Horário: 18:00-21:00

#### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina de Investigação Criminal visa proporcionar aos estudantes o conhecimento do enquadramento jurídico e dos limites da atividade da investigação criminal, como tarefa fundamental para a análise da imputação de responsabilidade e para a aplicação prática do Direito Penal. A sua apresentação será feita não apenas numa lógica normativa, de explicitar as regras que conduzem essa actividade (aspecto essencial de que depende a legalidade do processo), mas também considerando as técnicas e meios existentes para a levar a cabo de um modo eficaz, incluindo o recurso às novas tecnologias e os problemas jurídicos daí decorrentes.

### 3 – PROGRAMA

#### 1. Estado Constitucional e Justiça Penal

- a. Constituição material e justiça penal
- b. As funções do Estado e a justiça
- c. Os Tribunais, o Ministério Público e as polícias na Constituição
- d. A investigação criminal e o modelo constitucional de justiça

#### 2. Investigação criminal e órgãos de polícia criminal

- a. Investigação criminal: traços fundamentais
- b. Órgãos de polícia criminal: conceito, estatuto e função
- c. Articulação entre o MP e os OPC na investigação criminal
- d. O estatuto do JIC na investigação criminal
- e. Acções de prevenção, tratamento de informações e investigação criminal

#### 3. As fases do processo penal e o segredo de justiça

- a. A estrutura acusatória e o modelo constitucional de processo penal
- b. O segredo de justiça: conteúdo e significado
- c. O modelo misto de processo e o regime do segredo de justiça
- d. A avaliação do regime vigente: a auditoria da PGR
- e. Segredo de justiça, investigação e prazos
- f. Desenvolvimentos judiciais sobre questões controvertidas

#### 4. Criminalística e criminalidade organizada

- a. Os desafios da criminalidade organizada aos sistemas penais
- b. Medidas de combate ao crime organizado
- c. Técnicas de investigação e prova criminal
- d. Informadores, infiltrados e agentes encobertos
- e. Métodos ocultos de vigilância informática e electrónica
- f. Colaboração processual e delação premiada

#### 5. Legalidade e provas proibidas em processo penal

- a. A essencialidade das provas e a tramitação do processo
- b. Liberdade e legalidade da prova em processo penal
- c. Meios de prova e meios de obtenção da prova
- d. Limites constitucionais ao regime da prova
- e. Provas proibidas: conceito e modalidades
- f. Regime e efeitos das provas proibidas

### 4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito original, com um tema adequado a determinar com o regente da disciplina.

## 5. Bibliografia

- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Jorge Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Frederico de Lacerda da Costa Pinto, *Direito Processual Penal*, Lisboa: AAFDL, 1998
- «Depoimento indirecto, legalidade da prova e direito de defesa», in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 1041-1088
- Germano Marques da Silva, *Direito Processual Penal Português*, vol. I, Lisboa: UCE, 2013; *Curso de Processo Penal*, Vol. II, 5ª ed., Verbo, Lisboa: Verbo, 2011; *Direito Processual Penal Português*, Vol. III, Lisboa: UCE, 2014
- Jorge Bacelar Gouveia, *Manual de Direito Constitucional*, II, 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2016
- Jorge de Figueiredo Dias, *Direito Processual Penal*, I, Coimbra Editora, Coimbra, 1974
- José Braz, *Ciência, Tecnologia e Investigação Criminal*, Almedina, Coimbra, 2015
- José Manuel Damião da Cunha - «Dos meios de obtenção de prova face à autonomia técnica e tática dos órgãos de polícia criminal», in II Congresso de Processo Penal, Coimbra: Almedina, 2006, pág. 61 a 79
- Medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira. A lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro, Porto; UCE, 2017
- Manuel da Costa Andrade - «Métodos ocultos de investigação (Pläydoyer para uma teoria geral)», in AAVV, *Que futuro para o Direito Processual Penal?* Coimbra: Coimbra Editora, 2009, p. 525 e ss;
- *Sobre as proibições de prova em Processo Penal*, Coimbra: Coimbra Editora, 1992.
- Maria João Antunes, *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2017.
- Maria J. Pinheiro – *As Ciências Forenses e o Sistema de Justiça*, Pactor/Lidel, 2013.
- Paulo de Sousa Mendes – *Lições de Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina, 2013 (reimpressão 2017)
- Stefano Ruggeri, *Liberty and Security in Europe: A Comparative Analysis of Pre-trial Precautionary Measures in Criminal Proceedings*, V&R unipress GmbH (2012)

Susana Aires de Sousa - «Agent provocateur e meios enganosos de prova. Algumas reflexões», in *Liber Discipulorum para Jorge Figueiredo Dias*, Coimbra: Coimbra Editora, 2003, pág. 1207 a 1235

Teresa Pizarro Belezã / Frederico de Lacerda da Costa Pinto (coord.), *Prova criminal e direito de defesa*, Coimbra: Almedina, 2010 (5.ª reimpressão 2016);

---- «Criminal Procedure» in AAVV, *Portuguese Law. An Overview*, Coimbra: Almedina, 2007, p. 167-180;

---- «Segredo de justiça» e «Provas proibidas» e «Segredo de Justiça», in AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (org. Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Coimbra: Almedina, 2015 p. 349- 353, p. 378-383.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

**Constituição da República Portuguesa**

**Código Penal**

**Código de Processo Penal**

**Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, com as alterações da Lei n.º 57/2015)**

**Regime Jurídico das Perícias Médico-legais e Forenses (Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto)**

**Regime Jurídico das acções encobertas (Lei n.º 101/2001, de 25 de Agosto)**

**Medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira (Lei n.º 36/94 de 29 de setembro)**

**Brigadas anti-crime e unidades mistas de coordenação (Dec.-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril)**

**Bases de dados de perfis de ADN (Lei 5/2008, de 12 de Fevereiro, com as alterações da Lei n.º 90/2017)**

**Lei do Cibercrime (Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro)**

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

A indicar em cada tema.

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 101 – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (MIC)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Soraya Nour ASckell

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente:

##### **2 – OBJETIVOS**

A disciplina de “Metodologia da Investigação Científica” tem como objetivo servir de base e instrumento para a elaboração da dissertação de mestrado que permitirá ao estudante obter o grau de mestre em Direito e Segurança. No final do semestre, os estudantes que frequentarem a disciplina terão desenvolvido as competências necessárias para: i) escolher e delimitar o tema para a dissertação ii) pesquisar criticamente e tratar analiticamente informação recolhida; iii) conceber um pré-projeto de investigação; iv) redigir a dissertação de mestrado.

##### **3 – PROGRAMA**

1. Pressupostos teóricos e metodológicos da investigação científica
  - 1.1. O objeto de investigação
  - 1.2. Metodologias e tipologias de investigação
  - 1.3. Em especial: o que é uma tese em direito e segurança
  
2. Processo de investigação
  - 2.1. Identificação do problema e/ou questões de investigação
  - 2.2. Pesquisa bibliográfica e jurisprudencial
    - 2.2.1. Noções fundamentais
    - 2.2.2. Ambientes de pesquisa
    - 2.2.3. Em especial: pesquisa de fontes jurídicas
    - 2.2.4. Tratamento da informação recolhida
      - 2.2.4.1. Sistemas de gestão de referências
      - 2.2.4.2. Fichas de leitura
  - 2.3. Revisão bibliográfica, legislativa e jurisprudencial
  - 2.4. Estudos quantitativos
  - 2.5. Estudos qualitativos
  - 2.6. Pesquisa de campo
  - 2.7. Entrevista, questionário, formulário
  
3. Etapas da elaboração de uma dissertação de mestrado
  - 3.1. Planeamento
    - 3.1.1. Definir o tema
    - 3.1.2. Escolher o orientador
    - 3.1.3. Elaborar o pré-projeto
  - 3.2. Investigação
    - 3.2.1. Onde investigar
    - 3.2.2. Contactos com outros investigadores
  - 3.3. Redação do projeto
    - 3.3.1. Título
    - 3.3.2. Delimitação do tema
    - 3.3.3. Formulação do Problema
    - 3.3.4. Estado de arte
    - 3.3.5. Hipóteses
    - 3.3.6. Justificativa
    - 3.3.7. Objetivos
    - 3.3.8. Tarefas

3.3.1.10. Metodologia

3.3.1.11. Cronograma

### 3.4. Redação da dissertação

#### 3.4.1. Organização

3.4.1.1. Introdução

3.4.1.2. Partes e capítulos

3.4.1.3. Conclusão

#### 3.4.2. Regras de referenciação

3.4.2.1. Citações

3.4.2.2. Notas de rodapé

#### 3.4.3. Bibliografia

#### 3.4.4. Índices remissivos

#### 3.4.5. Resumo e palavras-chaves

#### 3.4.6. Sumário

## 4. Princípios éticos da investigação e comunicação científica

### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, que consistirá na revisão crítica de um artigo científico, ou elaboração do projeto de dissertação de mestrado.

### **5 – BIBLIOGRAFIA**

Aragão, Alexandra, “Breves reflexões em torno da investigação jurídica”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Volume LXXXV, Coimbra, 2009, pp. 765-794.

Cane, Peter, e Herbert Kritzer, *The Oxford Handbook Empirical Legal Research*, Oxford University Press, 2010

Cohen, Morris L. e Olson, Kent C., *Legal research in a nutshell*, 12.<sup>a</sup> ed., West Academic Publishing, 2016.

Eco, Umberto, *Como se faz uma tese em ciências humanas*, tradução do original, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Presença, 1998



Gustin, Miracy Barbosa de Sousa e Maria Tereza Fonseca Dias, *(Re)pensando a Pesquisa Jurídica, Teoria e Prática*, 3ª ed., Del Rey, 2010

Larenz, Karl – *Metodologia da ciência do direito*, tradução do original por José Lamego, 3.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, 1997

Hespanha, António M., *Como preparar uma dissertação: um guia em cinco pontos*, 2009, disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/2705.pdf>

Hoecke, Mark van (ed.), *Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?*, Hart, 2011

Hoffman, Marci e Mary Rumsey, *International and Foreign Legal Research – a Coursebook*, 2ª Edição, Martinus Nijhoff Publishers, 2012

Holborn, Guy, *Butterworths legal research guide*, 2.ª ed., Butterworths, 2005

Mann, Thomas, *The Oxford Guide for Library Research*, 4ª Edição, Oxford University Press, 2015

Meirim, José Manuel, *Como pesquisar e referir em Direito*, Coimbra Editora, 2008

Pacheco, J. A., e J. A. Lima, *Fazer Investigação em Ciências Sociais. Contributos para a elaboração de dissertação e teses*, Porto Editora, 2006

Park, Chris, “In other (people’s) words: plagiarism by university students – literature and lessons”, *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 28, n. 5, 2003, 471-488

Pereira Coutinho, Clara, *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*, Almedina, 2ª Edição, 2013

Putman, William H. e Albright, Jennifer R., *Legal Research, Analysis and Writing*, 3ª Edição, Cengage Learning, 2014

Quivy, R. e Campenhoudt, L, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 3ª Edição, Gradiva, 2003

Sutherland-Smith, Wendy, *Plagiarism, the internet and student learning: improving academic integrity*, Routledge, 2008

Tomaél, M. I. (org.), *Fontes de Informação na Internet*, EDUEL, 2008

Unger, Roberto Mangabeira, *What should legal analysis become?*, Verso, 1996

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 109 – PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES (PI)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: jbg@fd.unl.pt

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina de Produção de Informações visa proporcionar aos estudantes a compreensão sistémica não apenas da teoria da produção de informações em ambiente de Estado de Direito como igualmente as normas e os princípios jurídicos que regem a sua atividade, definindo os poderes dos respetivos serviços e estabelecendo os limites da sua ação em relação aos direitos dos cidadãos e à atuação de outras forças e serviços de segurança.

##### **3 – PROGRAMA**

###### **1. Estado Constitucional e Segurança do Estado**

1.1. Estado Constitucional e Segurança Nacional

1.2. Segurança do Estado e função administrativa

1.3. Atividade de produção de informações e Administração Pública

1.4. O défice constitucional regulatório da produção de informações na Constituição Portuguesa (CRP)

- 1.5. A reserva absoluta de competência legislativa quanto ao “regime do sistema de informações”
- 1.6. O modelo constitucional de organização dos serviços de informações: monismo ou dualismo?
- 1.7. A limitação das escutas telefónicas ao processo criminal
- 1.8. A restrição de direitos dos agentes de informações e o art. 270º da CRP
- 1.9. O princípio da transparência e a exceção do segredo nos atos regulamentares internos dos serviços de informações
- 1.10. O problema do acesso aos meta-dados

## **2. Teoria da Produção das Informações**

- 2.1. Conceito de informações
- 2.2. Modalidades de informações: estratégicas, táticas, policiais, operacionais
- 2.3. As fontes das informações: modalidades

## **3. Informações em perspetiva histórico-comparada**

- 3.1. Evolução histórico-política
- 3.2. Alguns modelos comparados de produção de informações em Estado de Direito

## **4. A organização do Sistema de Informações da República Portuguesa**

- 4.1. Natureza
- 4.2. Estrutura
- 4.3. Secretário-Geral
- 4.4. SIED
- 4.5. SIS
- 4.6. CISMIL

## **5. O controlo da atividade de informações**

- 5.1. Serviços de informações e Estado de Direito
- 5.2. O controlo da atividade da produção de informações
- 5.3. O controlo interno administrativo
- 5.4. O controlo externo judicial
- 5.5. O controlo externo não judicial

- 5.6. A Comissão de Fiscalização de Dados
- 5.7. O Conselho de Fiscalização do SIRP
- 5.8. O controlo social

## **6. O segredo de Estado**

- 6.1. Estado de Direito e Administração Aberta
- 6.2. Sentido e amplitude da Administração Aberta
- 6.3. Os vários segredos
- 6.4. O segredo de Estado em especial
- 6.5. Objeto e âmbito do segredo de Estado
- 6.6. Procedimento de classificação do segredo de Estado
- 6.7. Fiscalização do segredo de Estado
- 6.8. Contencioso do segredo de Estado

## **7. Segurança da Informação Classificada e Sensível**

- 7.1. Conceito e modalidades
- 7.2. Autoridade Nacional de Segurança

## **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

## **5 – BIBLIOGRAFIA**

- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2016
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Adriano Moreira, *Informações e Segurança*, Prefácio, Lisboa, 2004
- Anthony Cavendish, *Inside Intelligence*, Collins, Londres, 1990
- Arménio Marques Ferreira, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, Almedina, I, Coimbra, 2007, pp. 67 e ss.

- Carlos Feijó, *A produção de Informações de Segurança no Estado Democrático de Direito*, Principia, Cascais, 2003
- Christina Eckes, *EU Counter-Terrorist Policies and Fundamental Rights: The Case of Individual Sanctions*, Oxford University Press (2009)
- Donohue, Laura, *The cost of counterterrorism*, Cambridge University Press (2008)
- E. Barner, *História dos Serviços Secretos*, Europa-América, Lisboa, 1975
- Henry Becket, *The Dictionary of Espionage*, Stein and Day, 1986
- Isaac Ben-Israël, *Philosophie du Renseignement: Logique et Morale de l’Espionage*, L’Éclat, Paris, 2004
- Jorge Bacelar Gouveia, *Os serviços de informações em Portugal: organização e fiscalização*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança*, Almedina, I, Coimbra, 2007, pp. 171 e ss.; *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- José Manuel Freire Nogueira, *Pensar a Segurança e Defesa*, Cosmos, Lisboa, 2005
- Lock K. Johnson, *Handbook of Intelligence Studies*, Routledge, New York, 2007
- Pedro Cardoso, *As Informações em Portugal*, 2ª ed., Gradiva, Lisboa, 2004
- Pedro Simões, *Os serviços secretos em Portugal*, Prefácio, Lisboa, 2002
- Sónia Reis e Manuel Botelho da Silva, *O Sistema de Informações da República Portuguesa*, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 67 III, Dezembro de 2007, pp. 1251 e ss.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

- CRP
- Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei Orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa
- Lei do Segredo de Estado
- Lei da Entidade de Fiscalização do Segredo de Estado

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

A indicar

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 110 – SEGURANÇA COMUNITÁRIA E PROTEÇÃO CIVIL (SCPC)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor António Duarte Amaro

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Contacto do docente: [amaro@scml.pt](mailto:amaro@scml.pt)

Horas de contacto: 15

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina Segurança Comunitária e Proteção Civil visa proporcionar aos estudantes os conhecimentos fundamentais a respeito da segurança da comunidade contra ameaças e riscos que advenham de acidentes e desastres, em grande medida incorporados no conceito de proteção civil, ficando familiarizados com a sua estrutura e os seus instrumentos de intervenção. Por outro lado, possibilitar a aquisição de conhecimentos e competências que permitam a prevenção e proteção contra riscos profissionais, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho.

##### **3 – PROGRAMA**

###### **1. Segurança Nacional e Proteção Civil**

1.1. Da segurança político-estadual à segurança humana: a comunidade internacional de risco

1.2. As dimensões da Segurança Nacional: Defesa Nacional, Segurança Interna, Produção de Informações

1.3. Proteção Civil como um dos pilares da Segurança Nacional: fim, atividade, estrutura

## **2. Proteção Civil e Constituição**

2.1. A Constituição da Segurança

2.2. A dispersão e a incongruência de soluções constitucionais em matéria de Segurança Nacional

2.3. A escassa alusão à Proteção Civil no domínio da defesa militar da República

2.4. A Proteção Civil como objetivo, atividade e estrutura

## **3. Lei de Bases da Proteção Civil**

3.1. A regulação jurídico-legal da proteção civil

3.2. A centralidade da Lei de Bases da Proteção Civil

3.3. Outra legislação relevante

3.4. As características da Proteção Civil: permanência, multidisciplinidade, pluralismo setorial

3.5. Os princípios da atividade de Proteção Civil: prioridade, prevenção, precaução, subsidiariedade, cooperação, coordenação, unidade de comando, informação; proporcionalidade e necessidade e urgência

3.6. O estado de alerta, contingência e calamidade: procedimento e efeitos

## **4. Organização da Proteção Civil**

4.1. A Política de Proteção Civil e os seus órgãos

4.2. A sucessão de modelos de Proteção Civil

4.3. A estrutura de Proteção Civil e os seus níveis: nacional, regional e municipal; a ANPC e os seus órgãos e poderes

4.4. Os agentes de Proteção Civil diretos e indiretos



- 4.5. As operações de Proteção Civil: o SIOPS
- 4.6. A Proteção Civil e as Forças Armadas: formas de colaboração
- 4.7. Proteção Civil e estados de exceção
  
- 5. Proteção Civil e Autoridade Nacional de Proteção Civil**
  - 5.1. Enquadramento, coordenação, direção e execução da política de proteção civil
  - 5.2. Os bombeiros e a sua relevância no âmbito da proteção civil
  - 5.3. O papel dos municípios na proteção civil
  
- 6. Segurança rodoviária**
  - 6.1. Diagnóstico sobre o problema da sinistralidade rodoviária
  - 6.2. Causas e fatores de risco
  - 6.3. Medidas de intervenção
  
- 7. Segurança e higiene no trabalho**
  - 7.1. O surgimento das regras de segurança e saúde no trabalho
  - 7.2. Finalidade das normas de segurança e saúde no trabalho
  - 7.3. As normas internacionais de segurança e saúde no trabalho
  - 7.4. A tutela constitucional da segurança e saúde no trabalho
  - 7.5. A segurança e saúde no trabalho na legislação jurídico-laboral
  - 7.6. Legislação especial sobre segurança e saúde no trabalho
  - 7.7. Prevenção v. Reparação
  - 7.8. Responsabilidade

#### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

## 5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, Estudos de Direito e Segurança (org. de Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, Leis de Direito da Segurança, 2ª ed., Quid Juris, Coimbra, 2014
- Aragão, Alexandra, “Breves reflexões em torno da investigação jurídica”, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Volume LXXXV, Coimbra, 2009, pp. 765-794
- Airoso, Guilherme, Segurança Privada, Petrica Editores, Lda., 1, 1,2007
- Amaro, António Duarte, “Segurança: Novo paradigma”, *Territorium*, nº21, Coimbra, 2014
- Amaro, António Duarte, “Definições e Conceitos em Proteção Civil”, in Jorge Bacelar Gouveia (coord.), Estudos de Direito e Segurança, Vol. II, Almedina, 2012
- Amaro, António Duarte O Socorro em Portugal, IDiP-IDiLP, Lisboa, 2012
- Amaro, António Duarte, “Segurança Humana e Proteção Civil na Sociedade de Risco: A Crise do Modelo Estatocêntrico na(s) segurança(s)”, *Territorium*, nº15, Coimbra, 2008
- Beatriz, João Manuel Bicho, A Protecção Pessoal Privada em Portugal, Petrica Editores, Lda., 2007
- Eco, Umberto, Como se faz uma tese em ciências humanas, tradução do original, 7.ª ed., Lisboa, Presença, 1998
- Elvik, Rune, Høy, Alena, Vaa, Truls, e Sorensen, The Handbook of Road Safety Measures, 2ª Edição, Emerald Group Publishing Limited, 2009
- Freitas, Luís Conceição, Manual de Segurança e Saúde no Trabalho, 2.ª ed., Edições Sílabo, Lisboa, 2011
- Furtado, José Pimentel, Introdução à Segurança, Petrica Editores, Lda., 2008
- Gonçalves, Norberto, A segurança privada em Portugal, Almedina, Coimbra, 2011
- Eco, Umberto, Como se faz uma tese em ciências humanas, tradução do original, 7.ª ed., Lisboa, Presença, 1998

- Gouveia, Jorge Bacelar, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- Lambelho, Ana Isabel e Gonçalves, Luísa Andias, «Segurança, saúde e higiene no trabalho», In: *Direito do urbanismo e do ambiente: estudos compilados*, Quid Iuris, 2010, pp. 185-203.
- Leal, António José Pereira, *Modelação do sistema rodoviário: perspectiva do conflito emergente*, 2008, disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4505>
- Miguel, Alberto Sérgio S. R., *Manual de higiene e segurança do trabalho*, 12<sup>a</sup> ed., Porto Editora, Porto, 2012
- Park, Chris, “In other (people’s) words: plagiarism by university students – literature and lessons”, *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 28, n. 5, 2003, 471-488
- Quintas, Paula, *Manual de Segurança e Saúde no Trabalho*, 2.<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2011.
- Rodrigues, Norberto Paulo Gonçalves, *A Segurança Privada em Portugal – Sistemas e Tendências*, Coimbra Editora, 2011
- Roxo, Manuel M., *Direito da Segurança e Saúde no Trabalho – Da prescrição do seguro à definição do desempenho*, Almedina, Coimbra, 2011
- Silva, Ernestina Santos, *Segurança a Direito*, Petrica Editores, Lda, 2007

## 6 – LEGISLAÇÃO

- **Lei de Bases da Protecção Civil:** [Lei n.º 27/2006, de 3 de julho](#) (Alterados os artigos 13.º, 16.º, 34.º, 39.º, 50º, 53º e revogados o n.º 2 do artigo 34.º e a alínea a) do n.º 1 do artigo 39.º, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 3o de novembro).
- **Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro:** [Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio](#) (Sistema criado pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro).

- **Orgânica do Ministério da Administração Interna:** [Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro](#) (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 161-A/2013, de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 112/2014, de 11 de julho).
- **Orgânica da Autoridade Nacional de Protecção Civil:** [Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro](#) (Altera e republica o Decreto-Lei n.º 73/2013 de 31 de maio). [Portaria n.º 224-A/2014 de 4 de novembro](#) (Determina a estrutura nuclear e as competências das unidades orgânicas da ANPC). [Despacho n.º 14688/2014 de 25 de novembro](#) do Presidente da ANPC (Define as unidades orgânicas flexíveis da ANPC, suas competências e atribuições), retificado pela [Declaração de Retificação n.º 85/2015 de 13 de janeiro](#), e alterado pelo [Despacho n.º 1553/2015 de 13 de janeiro](#) (Republica em anexo o Despacho 14688/2014 com a redação atual).
- **Regime Jurídico do Sistema de Protecção Civil da Região Autónoma da Madeira:** [Decreto Legislativo Regional n.º 16/2009/M, de 30 de junho](#)
- **Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil, IP-RAM:** [Decreto Legislativo Regional n.º 17/2009/M, de 30 de junho](#)
- **Orgânica do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores:** [Decreto Legislativo Regional n.º 7/99/A, de 19 de março](#) (Alterado pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 39/2006/A, de 31 de outubro](#) e pelo [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007-A, de 23 de abril](#))
- **Organização dos Serviços Municipais de Protecção Civil:** [Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro](#)
- **Normas de Funcionamento da Comissão Nacional de Protecção Civil:** [Portaria n.º 302/2008, de 18 de abril](#)
- **Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional:** [Declaração n.º 344/2008](#)
- **CrITÉrios e Normas Técnicas para a Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil:** [Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho](#)

- Conta de emergência que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade: [Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho](#)
- Lei de Segurança Interna: [Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto](#)

## 7 – JURISPRUDÊNCIA

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 102 – SEGURANÇA E GLOBALIZAÇÃO (SG)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professora Doutora Sofia Santos

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15 horas

Contacto do docente: [sofia.santos@fd.unl.pt](mailto:sofia.santos@fd.unl.pt)

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina “Segurança e Globalização” tem como objetivo proporcionar aos estudantes os conhecimentos fundamentais em torno das novas ameaças e riscos que se colocam à paz e à segurança internacionais num contexto imposto pela Globalização, que se afigura como uma tendência inevitável em todas as dimensões da atividade humana, e de conflitos internacionais/regionais. Esta disciplina visa igualmente contribuir para a apreensão da relevância – e emergência – de diferentes atores e medidas securitárias.

### **3 – PROGRAMA**

#### **1. Introdução: A Comunidade Internacional e a Segurança Global no século XXI**

- 1.1. A Globalização e os seus antecedentes
- 1.2. A Globalização e a Segurança internacional
- 1.3. Sujeitos participantes

#### **2. Dinâmicas e desafios securitários**

- 2.1. Temas atuais na Comunidade Internacional
- 2.2. Riscos e ameaças à segurança internacional
- 2.3. A posição de Estados em face da (in)segurança e relações político-estratégicas

#### **3. As organizações internacionais e acordos regionais**

- 3.1. A prevenção e combate aos riscos e ameaças
- 3.2. A segurança humana
- 3.3. As operações de paz

#### **4. Fóruns Multilaterais ad hoc como Mecanismos de Resposta à insegurança**

- 4.1. Os BRICS
- 4.2. Os G-s

#### **5. A Sociedade civil**

- 5.1. As ONGs
- 5.2. Movimentos sociais

#### 4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Exame escrito, podendo ser substituído por trabalho escrito.

#### 5 – BIBLIOGRAFIA

- AAVV, *Terrorismo* (coord. de Adriano Moreira), 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2004.
- AAVV, *Terrorismo e Relações Internacionais*, Gradiva, Lisboa, 2006.
- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012.
- Álvaro de Vasconcelos (ed.), *Global Governance, Building on the civil society agenda*, European Union Institute for Security Studies, 2011.
- Álvaro de Vasconcelos, *Global Governance 2025: At a Critical Juncture*, European Union Institute for Security Studies, Paris, 2010.
- Balazs Ujvari, *BRICS bloc(k) rising?*, Brief Issue, 17, European Union Institute for Security Studies, Paris, 2015.
- Ben Saul, *The Legal Relationship between Terrorism and Transnational Crime*, *International Criminal Law Review*, vol. 17, no. 3, 2017, pp. 417-452.
- Eva Gross, *BRICS – what’s in a name?*, Brief Issue, 44, European Union Institute for Security Studies, 2013.
- Franca van der Laan, *Transnational organised crime*, Thematic Study Clingendael Strategic Monitor 2017, Netherlands Institute of International Relations, February, 2017.
- John Baylis/Steve Smith/Patricia Owens (eds.), *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, 7th Edition, Oxford University Press, 2016.
- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018.



Jorge Bacelar Gouveia/Sofia Santos (coord.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*, Almedina, Coimbra, 2015.

- Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Internacional da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2013.

- Juha Jokela, *The G-20: A Pathway to Effective Multilateralism?*, Chaillot Papers, European Union Institute for Security Studies, Paris, 2011.

- Luís Tomé, *Novo recorte geopolítico mundial*, Quid Juris, Lisboa, 2004.

- Manuel de Almeida Ribeiro e Mónica Ferro, *A Organização das Nações Unidas*, 2ª Edição, Almedina, Coimbra, 2004.

- Margaret P. Karns, Karen A. Mingst, Kendall W. Stiles, *International Organizations: The Politics and Processes of Global Governance*, Third Edition, London: Lynne Rienner, 2015.

- Maria do Céu Pinto, *As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping e doutras Organizações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2007.

- Niu Haibin, *BRICS in Global Governance, A Progressive Force?*, Friedrich Ebert Stiftung, Berlin, 2012.

- Sean Kay, *Global Security in the Twenty-First Century: The Quest for Power and the Search for Peace*, Third Edition, Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

- Sofia Santos, “As Nações Unidas, a OTAN e a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia enquanto principais catalisadores da segurança internacional”, in: Jorge Bacelar Gouveia (coord.), *Estudos de Direito e Segurança*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 423-448.

- Sofia Santos, “A Governação Global e a Multiplicação dos “G-s””, *Anuário JANUS do Observatório de Relações Exteriores (OBSERVARE)*, Universidade Autónoma de Lisboa, junho 2014, pp. 10-11.

- Ulrich Beck: *Risk Society – towards a new Modernity*, Sage, Londres, 2012; *La sociedade del riesgo mundial*, Barcelona, 2008; *Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade*, 2ª ed., Editora 34, São Paulo, 2011.

- Vítor Rodrigues Viana, *Segurança coletiva, a ONU e as operações de apoio à paz*, Cosmos, Lisboa, 2002.

## **6 - LEGISLAÇÃO**

Carta das Nações Unidas

Tratado da União Europeia e Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 107 – SEGURANÇA INTERNA E DIREITO POLICIAL (SIDP)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor José Fontes

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15

Contacto do docente: jose.fontes@academiamilitar.pt

##### **2 – OBJETIVOS**

A disciplina de Segurança Interna e Direito Policial visa proporcionar aos estudantes a compreensão sistémica não apenas da teoria da organização e função das Forças Policiais enquanto corpo institucional de um Estado de Direito como igualmente as normas e os princípios jurídicos que regem a sua atividade, definindo os seus poderes e estabelecendo os limites da sua ação em relação aos direitos dos cidadãos e ao âmbito de atuação de outras forças de defesa.

##### **3 – PROGRAMA**

###### **1. Enquadramento**

- 1.1. A criação de Estados: perspetivas histórica e atual
- 1.2. Os fins e as tarefas do Estado: a segurança
- 1.3. O Estado de Direito e as novas abordagens da segurança
  - 1.3.1. Segurança nacional, segurança interna, segurança coletiva, segurança humana e segurança do Estado
  - 1.3.2. Os Direitos Humanos
- 1.4. Globalização e insegurança
  - 1.4.1. O terrorismo e a criminalidade em rede
  - 1.4.2. Os Estados *falhados*
- 1.5. O Espaço Europeu de Liberdade, Segurança e Justiça

## **2. Estado de Direito Democrático e Segurança Interna**

- 2.1. Constituição e Segurança Interna: a Constituição da Segurança
- 2.2. O sistema de segurança interna: a Lei de Segurança Interna
  - 2.2.1. Segurança interna: atividade, fins e princípios fundamentais
  - 2.2.2. Estrutura
  - 2.2.3. As Forças e Serviços de Segurança
  - 2.2.4. Outras Estruturas
  - 2.2.5. As Forças Armadas

## **3. Estado de Direito Democrático e Polícia**

- 3.1. Polícia e Constituição
- 3.2. O Direito Policial
- 3.3. A Polícia: Fins
- 3.4. Organização: princípios estruturantes

3.4.1. Modalidades de polícia

3.5. Atividade e atuação operacional: princípios fundamentais

3.5.1. Medidas de polícia e medidas especiais de polícia

#### **4. O sistema integrado de controlo**

#### **5. Prospetiva: os novos desafios**

### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por trabalho escrito.

### **5 – BIBLIOGRAFIA**

- AAVV, Estudos de Direito de Polícia (org. de Jorge Miranda), 2º vol, Lisboa, 2003

- AAVV, Traité de Sécurité Intérieure, Lausanne, 2007

- AAVV, Leis de Direito da Segurança, 2ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2014

- AAVV, National Security, Civil Liberties and the War on Terror, Prometheus Books, New York, 2011

- AAVV, Estudos de Direito e Segurança (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2014; II vol., Almedina, Coimbra, 2014

- AAVV, Manual del Policía (coord. de José Escalante Castarroyo), 5ª ed., La Ley, Wolters Kluwer, Madrid, 2008

- AAVV, Enciclopédia de Direito e Segurança (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Armando Carlos Alves: Em busca de uma Sociologia da Polícia, ed. da GNR, Lisboa, 2008; Contributos para uma Sociologia da Polícia, ed. GNR, Lisboa, 2011; Emergência de uma Sociologia da Polícia, ed. GNR, Lisboa, 2013
- Bobbit, Philip (2008), Terror and Consent. The Wars for the Twenty-First Century, New York, Penguin Books
- Edwards, Adam; Gill, Peter (2003), Transnational Organised Crime: Perspectives on Global Security. Routledge
- Carlos Branco, Guarda Nacional Republicana – contradições e ambiguidades, Edições Sílabo, Lisboa, 2010
- Henrique Dias da Silva, O Código de Procedimento Administrativo e a atividade de polícia, in JURISMAT – Revista Jurídica do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, nº 2, Portimão, maio de 2013, pp. 161-198
- João Freitas Raposo, Direito Policial, I, Almedina, Coimbra, 2006
- Jorge Bacelar Gouveia, Direito da Segurança, Almedina, Coimbra, 2018
- Jorge Silva Paulo, A Autoridade Marítima Nacional, Lisboa, 2015
- José Fontes, O Direito ao Quotidiano Estável — Uma Questão de Direitos Humanos, Coimbra Editora, 2013 (ISBN 978-972-32-2208-1); A Arte da Paz: A ONU e Portugal no Combate ao Terrorismo — Estudo de Direito e de Política Internacional. Wolters Kluwer Portugal e Coimbra Editora, 2011; *Externalização da Defesa e Segurança do Estado*. Revista Segurança e Defesa, 19, outubro – dezembro, 2011

- Manuel Guedes Valente: Teoria Geral do Direito Policial, 4.<sup>a</sup> edição, Almedina, Coimbra, 2014; Segurança – um tópico jurídico em reconstrução, Âncora Editora, Lisboa, 2013

- Marc Le Blanc et Maurice Cusson eds. (2010), Traité de Criminologie Empirique, Les Presses de l'Université de Montréal, 2010

- Miguel Nogueira de Brito, Direito de Polícia, in AAVV, Tratado de Direito Administrativo Especial (coord. de Paulo Otero e Pedro Gonçalves), I, Coimbra, 2009, pp. 281-456

- Nelson Lourenço, Cidades e Sentimento de Insegurança, in E.A Pereira Júnior, e outros (org. Um toque de qualidade, Eficiência e Qualidade na gestão da Defesa Social), Belo Horizonte, 2010; Globalização, Metropolização e Insegurança: América Latina e África, Revista de Direito e Segurança, Janeiro – Junho, Ano 1, nº 1; Legitimidade e Confiança nas Polícias, Revista do Ministério Público, 2012, Janeiro – Março, Ano 33, nº 1

- Nelson Lourenço e Manuel Lisboa, Violência, Criminalidade e Sentimentos de Insegurança, textos, Centro de Estudos Judiciários, nº 2, 91-92, 92-93, pp. 45-64

- Sérvulo Correia, Polícia, in Dicionário Jurídico da Administração Pública, VI, Lisboa, 1994

## **6 – LEGISLAÇÃO**

Constituição da República Portuguesa

Lei de Segurança Interna

Lei da Organização da Investigação Criminal

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

A indicar



## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 112 – SEGURANÇA PRIVADA (SP)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor João Zenha Martins

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2º ciclo

ECTS: 5

Horas de contacto: 15 horas

Contacto do docente:

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A disciplina de Segurança Privada visa dotar os estudantes de conhecimentos fundamentais a respeito de uma atividade que se tem multiplicado recentemente, podendo apresentar-se como subsidiária da segurança pública que o Estado proporciona, simultaneamente que se tem questionado o seu âmbito, ainda que se reconheça a legitimidade de a mesma se fundar num prévio e organizado direito de legítima defesa do cidadão e da comunidade. Com vista a prosseguir o interesse público e a prevenir a prática de crimes, é crescente a imposição de medidas de segurança obrigatórias para certas

atividades, verificando-se que o crescimento da atividade de segurança privada na generalidade dos países europeus tem conduzido a um aumento considerável do número de empresas licenciadas para a prestação de serviços de segurança, numa área em que aparecem diretamente envolvidos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

### **3 – PROGRAMA**

1. Segurança privada e Estado Constitucional
2. Génese e evolução da Segurança Privada
3. Atuação e limites da segurança privada
4. As Empresas de Segurança Privada – Caracterização do Setor
5. Controlo da atividade de segurança privada e especificidades laborais
6. Casos especiais de segurança privada: espetáculos, recintos desportivos

### **4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

### **5 – BIBLIOGRAFIA**

- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol, Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Coimbra, 2016

- AIROSO, Guilherme, *Segurança Privada*, Patrica Editores, Lda., 1, 1, 2007

- DELL'ARTE, Marco Maria (com Giuseppe Franchina), *Le autorizzazioni di polizia*, Giuffré, Milão, 2013, p. 193-216.

- GOMES, Paulo Valente, “Reflexões sobre o novo quadro da segurança interna e o papel da segurança privada”, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 595-610.

- GONÇALVES, Norberto, *A segurança privada em Portugal*, Almedina, Coimbra, 2011.

GOUVEIA, Jorge Bacelar, *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018

- MATOS, Luís Salgado de, “Segurança pública e privada: transição casuística, sem reforma nem revolução”, *Revista de Direito e Segurança*, Lisboa, a.1 n.1 (Jan.-Jun. 2013), p.165-170.

- POIARES, Nuno Caetano Lopes de, “Novos horizontes para a segurança privada”, *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 579-594.

## **6 – LEGISLAÇÃO**

Lei da Atividade da Segurança Privada

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

A indicar

## **MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA**

### **MS 105 – SEGURANÇA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO (SEC)**

#### **FICHA DE UNIDADE CURRICULAR**

##### **1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2.º Ciclo

Semestre: 1.º

ECTS: 5

Horas de contacto: 15 horas

Contacto do docente: [jbg@fd.unl.pt](mailto:jbg@fd.unl.pt)

##### **2 – OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR**

A presente disciplina “Segurança, Estado e Constituição” visa proporcionar aos estudantes os conhecimentos fundamentais a respeito da segurança nacional que se assume como um dos propósitos do Estado de Direito tal como eles são moldados pela Constituição enquanto lei magna, nela se estabelecendo o equilíbrio entre os poderes públicos na prossecução dos vários âmbitos parcelares insertos na ideia de segurança nacional, ao mesmo tempo considerando os limites que os direitos dos cidadãos impõem à atuação das diversas estruturas de segurança.

##### **3 – PROGRAMA**

###### **CAPÍTULO I – PODER E ESTADO**

1. Sociedade e poder público
2. Poder público e organização do Estado
3. Evolução histórica do Estado
4. O Estado Contemporâneo e o Constitucionalismo

###### **CAPÍTULO II – SEGURANÇA, ESTADO E CONSTITUIÇÃO**

5. A Constituição e a organização do Estado
6. Segurança: aceções e sentidos constitucionais
7. A Constituição da Segurança

8. A Constituição Portuguesa da Segurança

**CAPÍTULO III – SEGURANÇA E ESTADO-COMUNIDADE**

- 9. A cidadania e os direitos fundamentais em geral
- 10. A Segurança como direito fundamental
- 11. A segurança como limite aos direitos fundamentais

**CAPÍTULO IV – SEGURANÇA E ESTADO-PODER**

- 12. A soberania e a segurança nacional
- 13. A Segurança como tarefa do Estado
- 14. A diversidade institucional da segurança nacional
- 15. Os pilares da segurança nacional

**4 – MÉTODOS DE AVALIAÇÃO**

Exame escrito, podendo ser substituído por relatório escrito.

**5 – BIBLIOGRAFIA**

- AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia): I vol., Almedina, Coimbra, 2007; II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- AAVV, *Leis de Direito da Segurança*, 3ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2016
- AAVV, *National Security, Civil Liberties and the War on Terror*, Prometheus Books, New York, 2011
- AAVV, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. de Jorge Bacelar Gouveia e Sofia Santos), Almedina, Coimbra, 2015
- Francis Fukuyama, *A construção de Estados*, Gradiva, Lisboa, 2006; *As origens da ordem política*, D. Quixote, Lisboa, 2012
- Giorgio Agamben, *Estado de exceção*, Edições 70, Lisboa, 2010
- Jaime Nogueira Pinto, *Ideologia e Razão de Estado – uma História do Poder*, Civilização Editora, Porto, 2013
- Jorge Bacelar Gouveia: *Manual de Direito Constitucional*, II vols., 6ª ed., Almedina, Coimbra, 2016; *Direito da Segurança*, Almedina, Coimbra, 2018
- Julien Richards, *A guide to National Security – threats, responses & strategies*, Oxford University Press, Oxford, 2012
- Rui Pereira, *Segurança e Constituição*, in AAVV, *Estudos de Direito e Segurança* (org. de Bacelar Gouveia), II vol., Almedina, Coimbra, 2012
- Ulrich Beck: *Risk Society – towards a new Modernity*, Sage, Londres, 2012; *La sociedade del riesgo mundial*, Barcelona, 2008; *Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade*, 2ª ed., Editora 34, São Paulo, 2011

**6 – LEGISLAÇÃO**

- CRP
- Lei do Estado de Sítio e do Estado de Emergência
- Estatuto do Provedor de Justiça

## **7 – JURISPRUDÊNCIA**

- a indicar